

IAS 34: A ATUALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES DIVULGADAS POR EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO NO BRASIL

RESUMO

A IAS 34 (*Interim Financial Reporting*) estabelece as condições necessárias para a elaboração e a divulgação das demonstrações contábeis intermediárias (períodos inferiores há um ano) com fins a gerar informações confiáveis aos usuários e situar-se sobre as condições financeiras da entidade. Assim, o artigo objetiva analisar a norma expedida pelo IASB (*International Accounting Standard Board*), e sua tradução e adaptação realizada pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis - no Brasil, analisando, se as empresas de capital aberto, constantes na BM&F Bovespa, estão apresentando notas explicativas de demonstrações intermediárias, concisas e atualizadas, sem informações já divulgadas nas notas das demonstrações anuais conforme direcionamento da IAS 34. Este estudo caracteriza-se como pesquisa exploratória e qualitativa, sendo delineada com base nas principais normas que tratam a elaboração de demonstrações intermediárias. Na coleta de dados foi utilizada a técnica de documentação indireta, através de dados secundários. A amostra foi constituída das empresas selecionadas do *Ranking* das “Melhores e Maiores 2009” da Revista Exame, sendo analisados seus relatórios disponibilizados no sítio da CVM (Comissão dos Valores Mobiliários) e das próprias empresas. A pesquisa apresentou a importância da elaboração e divulgação das demonstrações intermediárias, com ressalva para informações atualizadas conforme disposto na norma.

Palavras-chave: IAS 34; contabilidade internacional; evidenciação;

ABSTRACT

IAS 34 (Interim Financial Reporting) provides the necessary conditions for the development and dissemination of interim financial statements (periods less than one year) with the purpose to generate reliable information to users and lie about the financial condition of the entity. Thus, the article aims to analyze the rule issued by the IASB (International Accounting Standard Board), and its translation and adaptation made by the CPC - Accounting Pronouncements Committee - in Brazil, analyzing, if publicly traded companies listed on Bovespa, are presenting notes of financial intermediaries, concise and updated information without ever disclosed in the notes to the annual statements as guidance in IAS 34. This study to include the procedures, it is characterized as exploratory and qualitative research, being delineated based on key standards that address the preparation of financial intermediaries. In the data collection technique was used for documentation indirectly, through secondary data. The sample of companies selected from the ranking of the "Melhores e Maiores 2009" Exame Magazine, and analyzed their reports at the site of the CVM (Securities Commission) and the companies themselves. The research showed the importance of the development and dissemination of financial intermediary, subject to updated information as set forth in the standard.

Key-words: IAS 34, international accounting, disclosure;

1. Introdução

As mudanças trazidas pela globalização dos mercados, os avanços na tecnologia, as combinações de negócios e o desenvolvimento das relações de investimento, vem aumentando a demanda por melhores informações, sendo estas mais transparentes, mais precisas, e instrumentais para os processos de tomada de decisões.

Segundo Joshi, Bremser, Al-Ajmi (2008, p.1) :

O reporte de informação financeira na Internet está se tornando comum, dando aos investidores de qualquer país pronto acesso à informação financeira das empresas, independentemente do seu país de domicílio. Esta globalização dos mercados de capitais e da evolução das telecomunicações e da Internet trazem uma nova dimensão para a necessidade de comparabilidade e transparência da informação financeira e requerem novo pensamento por empresas, investidores, credores e auditores sobre o que as empresas devem publicar através das informações financeiras e como se comunicar melhor para as partes interessadas.

Neste contexto, a busca pelo melhor gerenciamento das informações contábeis tem refletido na forma como as empresas necessitam evidenciar seus resultados através dos relatórios.

Com o avanço das relações comerciais entre os países, a adoção de um conjunto único de normas contábeis tem sido desenvolvido e bastante debatido por órgãos internacionais e brasileiros, enfatizando novos estudos sobre as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS – *International Financial Reporting Standards*) que são emitidas pelo IASB (*International Accounting Standard Board* – Comitê de Normas Contábeis Internacionais).

Com a padronização das práticas contábeis, se torna possível às partes interessadas, a comparação de investimentos em vários países, além de, escolher melhores opções de empresas para investir, sem a necessidade de analisar vários balanços a luz de diferentes normas (CARVALHO, LEMES E COSTA, 2006).

O IASB é o órgão normativo, responsável pela aprovação das interpretações, elaboração e publicação das IFRS e de suas interpretações. Atualmente, o IASB (IASB, 2010a) é formado por 15 integrantes responsáveis pelo processo, o qual se torna aberto e transparente, envolvendo partes interessadas em vários países, como investidores, empresas, órgãos normativos e profissionais contábeis.

No desenvolvimento de suas atividades, o IASB atende não somente empresas potenciais, mas também empresas de pequeno e médio porte, seguindo seus principais objetivos (IASB, 2010a):

- a) Desenvolver um conjunto único global com qualidade, exequibilidade e aceite das IFRS e aplicando-as rigorosamente;
- b) Considerar as necessidades de informações financeiras pelas economias emergentes e pequenas e médias empresas (PME); e
- c) Implementar os processos de convergência das normas contábeis com alta qualidade.

Dentre as normas contábeis emitidas pelo IASB, a IAS 34 estabelece as normas para elaboração e divulgação das demonstrações intermediárias, presente na questão problema que orientou a realização da pesquisa: **Qual o nível de aderência das notas explicativas dos relatórios intermediários, de empresas brasileiras listadas na BM&F Bovespa, em relação a IAS 34?**

Este trabalho tem como objetivo principal analisar se as notas explicativas presentes nos relatórios financeiros intermediários, reportados pelas empresas brasileiras, seguem adequadamente o que é disposto na norma internacional IAS 34 (sobre *Interim Financial Reporting* – Relatórios Financeiros Intermediários), aderindo suas principais condições, acerca da duplicidade das informações presentes nas ITRs (Informações Trimestrais) em comparação com as demonstrações anuais, divulgadas no mercado, por empresas listadas na Bovespa. Este trabalho, assim, teve por objetivos específicos:

- Identificar se as empresas da amostra atendem a respectiva IFRS e divulgam corretamente os relatórios intermediários arquivados na CVM (Comissão de Valores Mobiliários).
- Identificar se as ITR's apenas complementam as informações anteriores, presentes nas DFP's (Demonstrações Financeiras Padronizadas), contemplando fatos recentes e atualização de fatos ocorridos em relatórios divulgados anteriormente.

Este estudo tenciona melhor avaliar se as empresas brasileiras, representadas por diversos setores, selecionados do *ranking* da Revista Exame (2009) - Melhores e Maiores - estão seguindo adequadamente à IAS 34.

A presente pesquisa foi estruturada em cinco seções, sendo a primeira representada pelos aspectos introdutórios, a segunda constituída pela fundamentação teórica, contemplando os principais conceitos acerca do problema. Em seguida, são apresentados os aspectos metodológicos ressaltando as principais abordagens utilizadas e a amostra de empresas e setores; na quarta seção são discutidas as análises dos resultados obtidos; e por fim, são feitas as considerações finais sobre a pesquisa.

2. Fundamentação Teórica

Neste tópico será abordado o processo de convergência de normas contábeis e de adoção das normas internacionais no Brasil, os aspectos referentes a IAS 34 e o pronunciamento brasileiro acerca do referido tema.

2.1. Convergência das normas e evidenciação contábil (*disclosure*)

Com os benefícios trazidos pela adoção das IFRS (como a melhor compreensão das informações contábeis divulgadas e a comparabilidade), aumentaram os interesses dos principais órgãos que normatizam as normas contábeis no Brasil, juntamente com muitas empresas, em busca de adequar seus relatórios de acordo com as IFRS.

Perante este cenário, foi criado em 2008, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, cujo objetivo, disposto no art. 3º da Resolução CFC nº 1.055/05, é

[...] o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.

A adoção do novo padrão contábil global (IFRS) está sendo aceito por vários países no mundo, e assim as empresas estão avaliando seus principais resultados e benefícios. Vale ressaltar que, a adoção das IFRS impacta diversos aspectos da empresa, como impostos, controles, relatórios e sistemas de informações.

Outrossim, para impulsionar e nortear este processo de adoção das normas internacionais, houve também a aprovação da Lei 11.638/07 no Brasil, em alteração da Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/76), que auxiliou no aceleração do processo de convergência das normas e procedimentos contábeis praticadas até o final de 2009 (que referencia a data de obrigatoriedade da aplicação das normas) e as normas globais IFRS.

Frase destacada de vermelho, anterior à correção:

Esta lei aproximou as normas e pronunciamentos brasileiros das normas internacionais propostas pelo IASB. Destarte, segundo o IASB (2010b), o Brasil está entre uma série de grandes economias, fazendo planos para adotar as IFRS.

Entre os planos de adoção das IFRS, pode-se citar o disposto na Instrução Normativa 457/07, determinando que:

Art. 1º As companhias abertas deverão, a partir do exercício findo em 2010, apresentar as suas demonstrações financeiras consolidadas adotando o padrão contábil internacional, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board – IASB.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo aplica-se, ainda, às demonstrações consolidadas do exercício anterior apresentadas para fins comparativos.

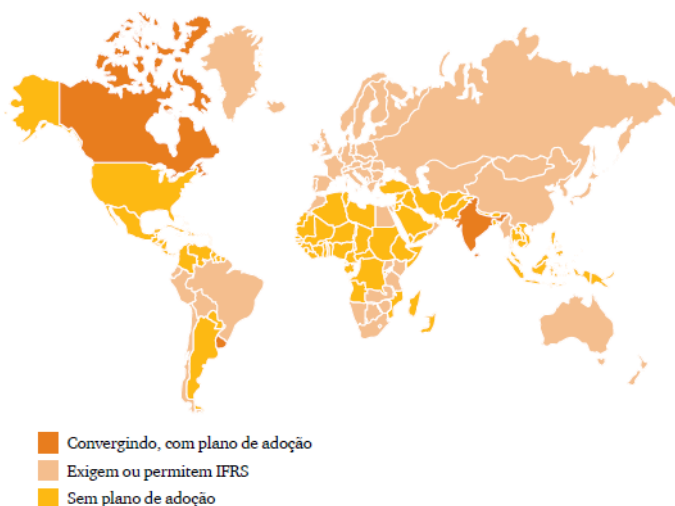
Art. 2º Fica facultada às companhias abertas, até o exercício social de 2009, a apresentação das suas demonstrações financeiras consolidadas com a adoção do padrão contábil internacional, emitido pelo International Accounting Standards Board – IASB, em substituição ao padrão contábil brasileiro.

Isso contempla o fato de, nos últimos anos, o Brasil ter conseguido obter bastante influência mundial devido às suas relações públicas internacionais e ao seu avanço e estabilidade econômica. Ainda, segundo o IASB (2010b), "isso permitiu que os investidores institucionais e os fabricantes considerassem o Brasil em termos de investimento".

As figuras 1 e 2 a seguir mostram o caminho do Brasil rumo à convergência, tanto em relação as empresas de grande porte quanto às de pequeno e médio porte, e como o país tem se destacado perante grandes potências mundiais.

Mercado de Capitais

Mais de 100 países adotam IFRS

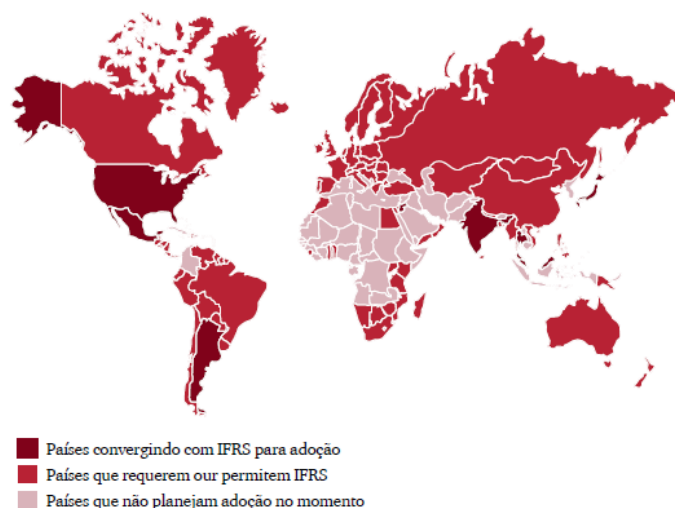


Os 10 principais Mercados de Capitais

EUA	SEC já permite IFRS para FPIs
Japão	Convergindo para IFRS
Reino Unido	IFRS
França	IFRS
Canadá	Convergindo para IFRS
Alemanha	IFRS
Hong Kong	IFRS
Brasil	IFRS (2010)
Suíça	IFRS ou US GAAP
Austrália	IFRS

Figura 1 – Mercado de capitais
 Fonte: PricewaterhouseCoppers (2010)

Brasil: A caminho da convergência



Contabilidade Global para PME's

EUA	IFRS após 2015
Japão	IFRS após 2016
Reino Unido	IFRS
França	IFRS
Canadá	IFRS (2011)
Brasil	CPC/IFRS (2010)
Alemanha	IFRS
Hong Kong	IFRS
Espanha	IFRS
Suíça	IFRS ou US GAAP
Austrália	IFRS

Figura 2 – Brasil: A caminho da convergência
 Fonte: PricewaterhouseCoppers (2010)

Na primeira figura, podemos visualizar que o Brasil já exige ou permite a adoção das normas internacionais para as empresas, estas de capital aberto, e tem avançado consideravelmente, junto com países potenciais, estando entre os 10 principais mercado de capitais. Não obstante, na figura seguinte, podemos notar que em relação à convergência das normas, aplicadas às PME's (pequenas e microempresas), o cenário se repete, ou seja, o Brasil já requer ou permite a adoção das IFRS, com pronunciamentos específicos já aprovados para as empresas enquadradas nesta categoria.

Destarte, de acordo com Ernst & Young (2010b), suas pesquisas mostram que não há diferenças significativas entre as normas internacionais e o pronunciamento contábil brasileiro (CPC 21), sendo considerada a estrutura atual brasileira praticamente a tradução para o português da estrutura internacional adotada. Cumpre ressaltar que, apesar da similaridade presente, o ambiente brasileiro, como outros países, é diferente de países que aplicam suas normas similarmente às normas emitidas pelo IASB.

Tais fatos aumentam a necessidade de o Brasil buscar implantar as normas internacionais, ampliar seus estudos acerca da adoção das IFRS, principalmente quanto aos impactos nos relatórios de suas empresas.

Na busca pela consistência e comparabilidade durante o processo de adoção, as empresas devem buscar a evidenciação adequada dos dados financeiros em seus relatórios, com vistas a fornecer informações claras e precisas e atender as normas contábeis.

Evidenciação, ou *disclosure*, segundo Iudícibus e Marion (2001, p.88) é:

O processo pelo qual a empresa apresenta todas as informações que permitam a avaliação de sua situação patrimonial e das mutações de seu patrimônio e, além disso, que possibilitem a realização de inferências perante o futuro. As informações não passíveis de apresentação explícita nas demonstrações propriamente ditas devem, ao lado das que representam detalhamentos de valores sintetizados nessas mesmas demonstrações, estar contidas em notas explicativas ou em quadros complementares.

Assim, o processo de evidenciação consiste na prática transparente de divulgação dos resultados da empresa, tecendo aos usuários, informações precisas, atualizadas, para que os mesmos, possam melhor fazer a opção por investimentos, perante fatores diversos como: lucratividade, rentabilidade, retorno do investimento, obrigações, fluxo de caixa, dentre outros. Para garantir o conteúdo da evidenciação algumas normas e pronunciamentos são criados a fim de padronizar as informações.

Conforme Dantas, *et al* (2010, p.2),

Essas demonstrações devem fornecer, aos mais variados usuários, informações sobre a posição patrimonial e financeira, o resultado e o fluxo financeiro das entidades, auxiliando-os em seu processo de tomada de decisão. No limite, ao identificar problemas no disclosure por parte das companhias, a CVM, no exercício de seu papel fiscalizador, pode determinar o refazimento e a republicação das demonstrações.

Dentre as normas que auxiliam no processo de *disclosure*, a IAS 34 que será tratada mais adiante, vem nortear as práticas contábeis que tratam das demonstrações intermediárias. Assim, o trabalho busca analisar, a luz da referida norma, se as empresas tem evitado a duplicidade de informações apresentadas nas notas explicativas das demonstrações intermediárias, perante os relatórios anuais.

2.2. Aspectos conceituais e regulatórios das demonstrações intermediárias (IAS 34)

As orientações da IAS 34 assim como as do Pronunciamento Técnico CPC 21 tem como objetivo auxiliar os preparadores das demonstrações contábeis, informando o que uma demonstração contábil intermediária deve conter, assim como apresentar os princípios que norteiam o seu reconhecimento e mensuração. A entidade que optar por divulgar demonstrações intermediárias ou cumprir a exigência de órgãos reguladores, deverá elaborá-la conforme a norma internacional ou conforme o pronunciamento brasileiro, este também em vigor.

O CPC 21 ressalta que as DFIs (Demonstrações Financeiras Intermediárias) têm que se caracterizar pela tempestividade e pela confiabilidade. De acordo com a Resolução CFC Nº785 entende-se por tempestividade: “o fato de que a informação contábil deve chegar ao conhecimento do usuário em tempo hábil, a fim de que este possa utilizá-la para seus fins”.

Na mesma linha, Lemes e Carvalho (2010, p.42) afirmam que “uma informação é confiável quando é livre de erros materiais e de viés e quando os usuários confiam que ela representa fielmente aquilo que se propõe apresentar”. Portanto, uma informação contábil provido dessas características tem maior capacidade de auxiliar os usuários na análise da situação financeira de uma entidade.

É necessário que uma demonstração contábil intermediária proporcione atualizações em relação às últimas demonstrações contábeis anuais. Portanto, conforme mencionado por Martins e Neris (2009) não é objetivo das DFIs divulgar informações repetidas, mas sim, evidenciar novas atividades, novos eventos e novas circunstâncias ocorridas no período intermediário, definido através do item nº4 do CPC 21 como “um período inferior aquele de um exercício social completo”.

É importante salientar que as demonstrações intermediárias podem ser completas ou condensadas. No caso de a entidade optar pela primeira, terá que adotar o IAS 01 – *Presentation of Financial Statements*, uma vez que se assemelhará às anuais. Porém, em ambos os casos, as demonstrações deverão conter alguns componentes mínimos, conforme definido pelo IAS 34 (IASB, 2010c):

- a) balanço patrimonial condensado;
- b) demonstração condensada dos resultados;
- c) demonstração condensada mostrando ou (i) todas as alterações no capital próprio, ou (ii) alterações no capital próprio que não sejam as provenientes de transações de capital com detentores e distribuições a detentores;
- d) demonstração condensada de fluxos de caixa; e
- e) notas explicativas selecionadas.

Primeiramente, a IAS 34 parte do pressuposto que o usuário de uma DFI tem acesso ao conteúdo da última demonstração completa anual. Assim, as notas explicativas selecionadas de uma demonstração contábil intermediária têm como objetivo incluir informações que demonstrem o que ocorreu de mais relevante desde a emissão das últimas demonstrações financeiras anuais.

Destarte, o item nº15 do CPC 21 dispõe a questão da seguinte forma:

O usuário de demonstração contábil intermediária de uma entidade deve também ter acesso à última demonstração contábil anual. É desnecessário,

portanto, que as notas explicativas de demonstração contábil intermediária proporcionem atualizações relativamente insignificantes às informações que já foram divulgadas nas notas explicativas das demonstrações contábeis anuais mais recentes. Em uma data intermediária, a explicação de eventos e transações que são significativas ao entendimento das alterações da posição financeira e do desempenho da entidade desde o fim do último período de relato anual são mais úteis.

Assim, a Norma Internacional (IAS) ressalta algumas informações mínimas que devem ser incluídas nas notas explicativas e ainda destaca que a entidade pode evidenciar outras informações, desde que estas não tenham sido contempladas anteriormente na demonstração anual e, também, sejam caracterizadas pela materialidade. De acordo com a Resolução CFC Nº 785/95 “uma informação é material se a sua omissão ou distorção puder influenciar as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas demonstrações contábeis”.

As notas explicativas de um Relatório Financeiro Intermediário fornecem uma explicação dos eventos e das transações significativas para o entendimento das variações ocorridas desde as últimas demonstrações financeiras anuais (DELOITTE, 2010).

Os princípios para reconhecimento e as definições de contas patrimoniais (ativos e passivos) e contas de resultado (receitas e despesas) para os períodos intermediários são os mesmos das demonstrações anuais. Assim, uma empresa deve utilizar às mesmas práticas contábeis em ambas as demonstrações, com atenção aos ajustes referentes a mudanças nas práticas que devem ser refletidas nas próximas demonstrações anuais.

A IAS 34 determina que a periodicidade das demonstrações financeiras de uma entidade, sejam elas anuais, semestral ou trimestral, não deve afetar a mensuração dos seus resultados anuais. Para tanto se faz necessário que as mensurações intermediárias sejam de forma acumulada, reconhecendo que um período intermediário seja parte de um exercício financeiro maior, permitindo ajustes de valores anteriormente estimados desde que pertençam ao exercício social corrente.

O Pronunciamento Técnico CPC 21 possui quatro apêndices: ilustração de períodos requeridos a serem apresentados; exemplos de aplicação dos princípios de reconhecimento e mensuração; exemplos do uso de estimativa; e demonstração contábil intermediária e perda por recuperabilidade (*impairment* - IFRIC 10). Estes orientam a entidade sobre como aplicar os princípios básicos de reconhecimento e mensuração, na elaboração de relatórios intermediários, a vários tipos de ativos, passivos, receitas e despesas. No reconhecimento de despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social, por exemplo, em cada período intermediário, deve ser feita a melhor estimativa da alíquota média ponderada anual esperada para o ano completo.

Outro exemplo importante que ilustra a norma, conforme CPC 21 (item 30a), para perdas com baixas dos estoques, reestruturação ou *impairment* de período intermediário, são utilizados os mesmos princípios para reconhecimento e mensuração dos períodos intercalares e anuais. Entretanto, havendo o reconhecimento em período intermediário e a estimativa mudar no período seguinte daquele mesmo exercício social, a estimativa original é alterada no período intermediário subsequente tanto por contabilização de um acréscimo de uma quantia adicional de perda quanto por reversão de quantia previamente reconhecida.

Reconhecimento, de acordo com o item 82 do Pronunciamento Conceitual do CPC, é:

[...] o processo que consiste em incorporar ao balanço patrimonial ou à demonstração de resultado um item que se enquadra na definição de um elemento e que satisfaça os critérios de reconhecimento.

Um ativo é reconhecido se tiver um custo ou valor mensurável de forma confiável e for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade. Estes testes de benefícios são aplicáveis quando se trata de períodos intermediários e anuais

De acordo com Santos (2006), a empresa que faz divulgação semestral, utiliza informações que estão disponíveis até o meio do ano ou próximo a ele, para fazer as mensurações intermediárias referentes ao semestre, e para as demonstrações anuais, seriam as informações disponíveis no final do ano ou próximo dele. Se houver alterações nas estimativas de montantes relatados no relatório intermediário do primeiro semestre, estas serão refletidas nas demonstrações anuais. Não se faz ajustes retrospectivos em valores divulgados nos relatórios do primeiro semestre. Mas conforme parágrafos 16 (d) e 26 do CPC 21, a natureza e o valor, se houver alteração relevante nas estimativas devem ser divulgados.

Quando o período de mensuração for inferior a seis meses, as receitas e despesas devem ser mensuradas em bases anuais, contando do início do ano até o período findo. Da mesma maneira que nas demonstrações semestrais, a natureza e o valor de qualquer alteração significativa devem ser divulgados.

Algumas entidades operam de maneira que as receitas não são recebidas e as despesas não são incorridas de forma regular ao longo do ano, ou seja, são negócios sazonais, cíclicos ou ocasionais; por exemplo, agro negócio, turismo, receitas de dividendos, *royalties*, incentivos governamentais. Nestes casos receitas recebidas dentro do exercício social não devem ser antecipadas em períodos intermediários caso o diferimento não for apropriado no fim do exercício social da empresa.

Uma entidade que for requerida a publicar as demonstrações contábeis intermediárias, de acordo com o CPC, deverá seguir os procedimentos de reconhecimento e mensuração mencionados anteriormente e assim divulgar informações confiáveis e relevantes para a tomada de decisão dos seus usuários. Para tanto, vale salientar que para os relatórios financeiros intermediários requerem, mais do que os relatórios financeiros anuais, o uso de estimativas no seu procedimento de mensuração, utilizando bases anuais.

3. Aspectos Metodológicos

A tipologia da pesquisa quanto aos objetivos contemplou pesquisa bibliográfica, que segundo Beuren (2008),

[...] abrange todo referencial já tornado público em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, dissertações, teses, entre outros.

Ainda, segundo Lakatos e Marconi (2001), através da pesquisa bibliográfica, busca-se aumentar o contato do pesquisador com o principal assunto da pesquisa e seus tópicos.

A abordagem utilizada é a qualitativa, que se diferencia da quantitativa no tocante à ausência de dados estatísticos como método principal da coleta de dados. Durante a pesquisa buscou-se tecer análises sobre o que está sendo pesquisado, e levantando características que não são geralmente contempladas na abordagem quantitativa (BEUREN, 2008).

O objetivo deste trabalho delineou-se por meio da realização de pesquisa exploratória, elaborada sobre a junção de vários tópicos teóricos (convergência das normas e evidenciação contábil e os aspectos conceituais e regulatórios das demonstrações intermediárias – IAS 34) visando auxiliar na solução de um problema ou aprimoramento de um método – aplicação da IAS 34 na elaboração das demonstrações intermediárias – de modo a aumentar a familiaridade com o assunto.

Na mesma linha, Gil (2002) afirma que, “pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições”.

Para a coleta de dados utilizou-se a técnica de documentação indireta, através de dados de fontes secundárias. Foram utilizadas as DFP's e ITR's disponibilizadas na rede mundial de computadores através dos sítios eletrônicos da CVM e das próprias empresas. Foram feitas verificações referentes ao atendimento da norma contemplada na presente pesquisa pelas empresas da amostra.

O Quadro 1 a seguir apresenta as vinte empresas, selecionadas por setor de atividade, que compreendem a amostra que embasou a pesquisa.

Nº	SETOR	RAZÃO SOCIAL
01	Atacado	Petrobras Distribuidora S.A.
02	Auto-Indústria	Embraer - Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A
03	Bens de Capital	Weg Equipamentos Elétricos S/A
04	Bens de Consumo	Companhia de Bebidas das Américas
05	Diversos	Saraiva S.A. Livreiros Editores
06	Eletroeletrônico	Whirlpool S.A
07	Energia	Cemig - Geração e Transmissão S/A
08	Farmacêutico	-
09	Indústria da Construção	Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.
10	Indústria Digital	Positivo Informática S/A
11	Mineração	Vale S/A
12	Papel e Celulose	Suzano Papel e Celulose S.A.
13	Produção Agropecuária	Marfrig Alimentos S/A
14	Química e Petroquímica	Braskem S.A
15	Serviços	Cielo S/A e Controladas
16	Siderurgia e Metalurgia	Companhia Siderúrgica Nacional
17	Telecomunicações	Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A.
18	Têxteis	Grendene S.A.
19	Transporte	Tam - Linhas Aéreas S.A
20	Varejo	Lojas Americanas S.A.
Total 20 setores e 19 empresas		

Quadro 1 – Empresas por setor da amostra

Fonte: Exame - Melhores e Maiores (2009)

A seleção das empresas da amostra se deu mediante a aplicação dos seguintes critérios de escolha:

- foram selecionadas, uma empresa de cada setor de forma semi-aleatória, listadas no *ranking* Maiores e Melhores Empresas 2009, da Revista Exame.
- selecionaram-se companhias abertas, com ações negociadas na Bovespa, obrigadas a adotar as IFRS a partir do exercício findo em 2010, de acordo com a Instrução CVM 457/07.

De acordo com os critérios citados anteriormente, se obteve uma amostra de 19 empresas listadas, de acordo com o Quadro 1, sendo coletados e comparados 38 relatórios (19 DFP referentes ao ano de 2009 e 19 ITR referente ao primeiro trimestre de 2010).

4. Análise dos Resultados

A análise dos dados coletados e das demonstrações financeiras (intermediárias e anuais) foi feita para possibilitar a abordagem do fenômeno estudado, no capítulo anterior, da forma como segue.

O primeiro parâmetro de análise foi verificar as notas explicativas das ITR's em comparação às DFP's, considerando o primeiro trimestre de 2010 para as ITR's e a DFP do ano anterior (2009). Através das notas explicativas extraídas do sítio eletrônico da CVM, de empresas constantes no *Ranking* da Exame, conforme detalhado anteriormente, obteve-se os resultados como segue no gráfico 1 a seguir.

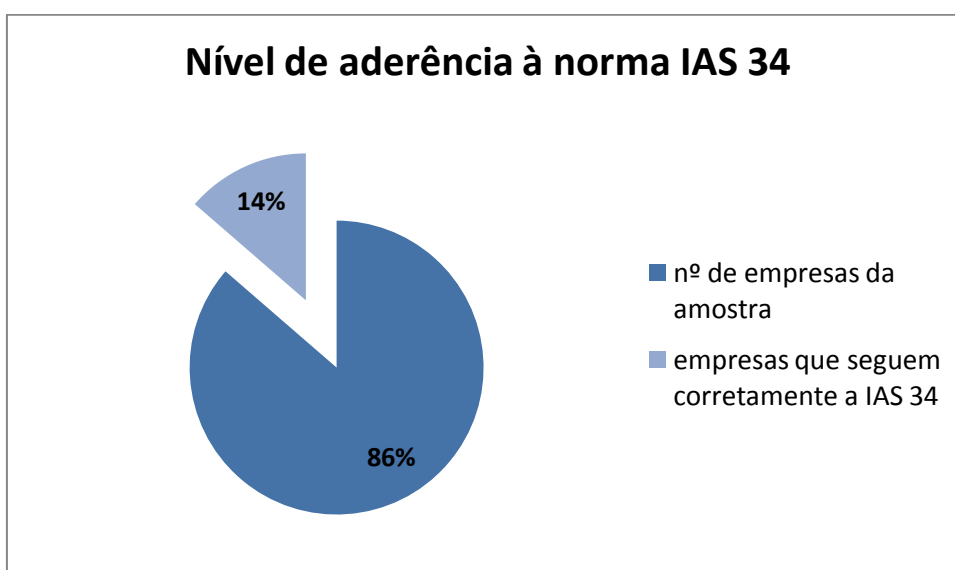


Gráfico 1 – Nível de aderência às normas IAS 34.

Fonte: próprios autores

Com base no Gráfico 1 observa-se que os dados demonstram que das 19 empresas constantes na amostra, apenas três empresas apresentaram suas notas explicativas em conformidade com o disposto na norma IAS 34, ou seja, 14%.

Através do desenvolvimento da coleta de dados e comparação entre as demonstrações, foi verificado que grande número das empresas apresentava novas informações, entretanto, repetiam dados e descrições de vários itens, incorrendo em aumento das informações intermediárias, aproximando em muitos casos das notas explicativas da demonstração anual em relação à extensão.

Em consonância com o referencial teórico levantado e salientado na seção 2.2, o objetivo das demonstrações intermediárias não é repetir informações constantes nas DFP's, e sim apresentar atualizações, assim como deve ser balizada a inserção apenas de informações úteis e que diferem das últimas demonstrações anuais. Isso se deve ao fato de que, a IAS 34, parte do pressuposto de que o usuário das informações tenha acesso ao conteúdo da última demonstração anual, não necessitando das descrições de todos os itens e capítulos da nota explicativa anterior. Durante a pesquisa, verificou-se que muitas empresas já chamam a atenção dos usuários no início das notas explicativas trimestrais, que tenham em mãos as demonstrações anuais.

Os fatores concernentes à mensuração ou *disclosure* das informações atenderam aos procedimentos e práticas à luz do padrão contábil internacional, o que denota avanço nos métodos de divulgação das informações.

5. Considerações Finais

O presente estudo objetivou analisar as práticas adotadas na elaboração das notas explicativas das demonstrações trimestrais, buscando identificar se estão sendo claras, úteis e com fins de atualização, ausente de repetições de informações das demonstrações anuais, conforme disposto na norma IAS 34. A questão que direcionou nosso trabalho se referiu ao nível de aderência das notas explicativas dos relatórios intermediários, de empresas brasileiras listadas na Bovespa, em relação a IAS 34.

O assunto da referida norma é um assunto ainda novo em produções acadêmicas. Esta questão foi motivada diante da preocupação das empresas e perante o processo de convergência das normas contábeis em divulgar informações cada vez mais tempestivas e claras aos usuários, e sendo assim, houve o interesse em verificar se as demonstrações estão atendendo à norma, e se os usuários presenciam informações repetidas de forma desnecessária.

Com a decisão da CVM em determinar a adoção das normas contábeis de acordo com o padrão internacional a partir do exercício findo de 2010, as empresas brasileiras deverão adequar-se ao contexto das novas práticas contábeis, em busca de atender aos usuários das informações.

Com os resultados, verificou-se que as empresas necessitam atentar-se a divulgar as ITR's com informações novas e tempestivas, visto que conforme a análise dos resultados há grande similaridade das informações em relação às demonstrações anuais (DFP's).

Cumpramos ressaltar que os relatórios analisados não são obrigados ainda a atender as normas internacionais, e assim, as análises das demonstrações intermediárias e dos resultados, tencionam contribuir para a adoção das referidas normas em seus relatórios findos em dezembro de 2009, conforme instrução dos órgãos reguladores. Este trabalho contribui com os estudos sobre as normas contábeis internacionais (IFRS) em relação às práticas brasileiras e com o despertar de reflexões acerca das questões presentes na pesquisa.

O tamanho da amostra foi relativamente restrito refletindo diretamente a situação das empresas analisadas, não apresentando elementos suficientes para inferir nas práticas de elaboração e divulgação das demonstrações das empresas, ficando a sugestão de ampliar a amostra em futuras pesquisas.

6. Referências Bibliográficas

BEUREN, Ilse Maria (Org.) e outros. **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2008.

BM&F BOVESPA. **Empresas Listadas**. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/BuscaEmpresaListada.aspx?idioma=pt-br>>. Acesso em: 27 out. 2010

CARVALHO, L. Nelson; LEMES, Sirlei; COSTA, Fábio M. da. **Contabilidade Internacional: aplicação das IFRS 2005**. São Paulo: Atlas, 2006.

CARVALHO, L. Nelson; LEMES, Sirlei. **Contabilidade Internacional para graduação: texto, estudos de casos e questões de múltipla escolha**. São Paulo: Atlas, 2010.

CPC. **Resolução CFC N° 1.055/05**. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/RES_1055.pdf> Acesso em: 11 nov. 2010.

_____. **CPC 21 – Demonstração Intermediária**. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/mostraOrientacao.php?id=35>> Acesso em: 04 out. 2010.

_____. **Pronunciamento Conceitual Básico: Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis**. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/pronunciamento_conceitual.pdf> Acesso em: 11 nov. 2010.

CVM. **Consulta de Documentos de Companhias Abertas**. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/>>. Acesso em: 27 out. 2010a

CVM. **Instrução CVM N° 457**. Disponível em: <www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/Atos/inst/inst457.doc> Acesso em: 11 nov. 2010b

DANTAS, J.A., CHAVES, S.M.T., CARVALHO, R.P., SILVA, M.R. Determinações de refazimento/republicação de demonstrações financeiras pela CVM: O papel dos auditores independentes. **Anais do 10º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**. Julho, 2010.

DELOITTE. **IFRS ao seu alcance**. 2010. Disponível em: <http://www.deloitte.com/assets/Dcom-Brazil/Local%20Assets/Documents/Pocket_2010.pdf>. Acesso em: 01 dez.2010

ERNST & YOUNG. **Estudo sobre as diferenças e similaridades entre as normas internacionais de contabilidade – IAS 34 – Relatórios Financeiros Intermediários**. 2008. Disponível em: <[http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/Topico_25_-_Relatorio_Padronizado/\\$FILE/Topico_25_-_Relatorio_Padronizado.pdf](http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/Topico_25_-_Relatorio_Padronizado/$FILE/Topico_25_-_Relatorio_Padronizado.pdf)>. Acesso em: 04 nov.2010a

ERNST & YOUNG. **Estudo sobre as diferenças e similaridades entre as normas internacionais de contabilidade – IFRS e as normas e práticas contábeis brasileiras**. Disponível em: <[http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/Topico_1_-_Estrutura_Conceitual/\\$FILE/Topico_1_Estudo.pdf](http://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/Topico_1_-_Estrutura_Conceitual/$FILE/Topico_1_Estudo.pdf)>. Acesso em: 04 nov. 2010b

ERNST & YOUNG; FIPECAFI. **Manual de normas internacionais de contabilidade: IFRS versus normas brasileiras**. São Paulo: Atlas, 2009.

EXAME. **Melhores e Maiores: as 1000 maiores empresas do Brasil**. São Paulo, Editora Abril, jul. 2009.

- GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. .
- IASB. **About the IASC Foundation and the IASB**. 2010. Disponível em: <<http://www.iasb.org/The+organisation/IASCF+and+IASB.htm>> Acesso em 04 nov.2010a.
- _____.**Spotlight on Brazil's plans to adopt IFRSs**. 2010. Disponível em: <<http://www.iasb.org/News/Features/Spotlight+on+Brazil%E2%80%99s+plans+to+adopt+IFRSs.htm>> Acesso em 04 nov.2010b.
- _____.**Technical Summary – IAS 34 Interim Financial Reporting**. Disponível em: <<http://www.iasb.org/NR/rdonlyres/039DD3F5-2355-4E4E-8071-48BCEED606C8/0/IAS34.pdf>> Acesso em 27 out.2010c.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Dicionário de termos de contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2001.
- JOSHI, P. L.; BREMSER, W. G.; AL-AJMI, J. **Perceptions of accounting professionals in the adoption and implementation of a single set of global accounting Standards: Evidence from Bahrain**. Elsevier 2008. Disponível em: <www.elsevier.com/locate/adiac> Acesso em: 01 mai.2010.
- LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A; **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- MARTINS, V.A.; NERIS, L.F.S. **IAS 34 – Demonstrações financeiras intermediárias**. In: ERNST & YOUNG; FIPECAFI. Manual de normas internacionais de contabilidade: IFRS versus normas brasileiras. São Paulo: Atlas, 2009.
- SANTOS, João José dos. **IFRS: manual de contabilidade internacional**. São Paulo: Lex Editora, 2006.